

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

A empresa **MAM Instalações Elétricas Produtos e Serviços Ltda**, inscrita no CNPJ sob nº **23.712.253/0001-93**, por intermédio de seu representante legal, Sr. **Manoel Joaquim de Oliveira Filho**, portador da Carteira de Identidade nº 44.390.656-7, Órgão Expedidor SSP/SP e C.P.F nº 318.675.878-58, vem interpor Recurso Administrativo em face da decisão que determinou sua desclassificação do Concorrência Pública nº 006/2023, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

A documentação relativa à qualificação econômico-financeira dos licitantes, nos **termos** do art. 31 da Lei nº 8.666 /93, que institui normas para a **licitação**, limita-se à **apresentação** de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, de certidão negativa de falência ou concordata ou de execução patrimonial e à garantia.

Vislumbrando-se que a exigência contida no edital do procedimento licitatório, quanto à **apresentação** de **termo** de **abertura** e de **encerramento** do **livro diário**, devidamente autenticado pela Junta Comercial, constitui formalidade que **não** se encontra prevista no art. 31 da Lei nº 8.666 /93, e que a empresa recorrida apresentou documento que comprova, a princípio, a sua saúde financeira e patrimonial.

É extremamente formalista a decisão que inabilita a licitante por ausência dos **termos** de **abertura** e de **encerramento** do **livro diário**, dentre os inúmeros documentos apresentados, sobretudo porque dissociada dos princípios da proporcionalidade (razoabilidade) e da competitividade, já que toda documentação apresentada corrobora para aferir a boa saúde financeira da licitante.

Ainda, conforme os Art. 1.180 e 1.184, § 2º do Código Civil e art. 5º, § 2º do Decreto-Lei 486/69 Balanço Patrimonial e **termos** de **abertura** e fechamento são peças integrantes do **Livro Diário**, mas sem nenhuma relação de continência entre si, razão pela qual a falta do segundo **não** compromete a integridade do primeiro.

É certo que nas **licitações** deve-se evitar rigorismos inúteis e formalidades ou documentos desnecessários à qualificação dos interessados. Nesta toada, a exibição do **termo** de **abertura** e **encerramento** do **livro diário** representa mero formalismo da comissão licitante.

O procedimento licitatório tem por objetivo a busca do melhor contrato para a administração e a interpretação do edital deve ser feita à conta de tal premissa, o que afasta a interpretação com excesso de rigor por parte da Comissão de **Licitação**, a fim de que seja preservado o Interesse público.

Aliás, a interpretação dos **termos** do Edital **não** pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

Na hipótese, a exigência do edital representa excesso de formalismo do ente público, ao declarar inabilitada a agravada apenas por **não** ter apresentado o **termo** de **abertura** e **encerramento** do **Livro Diário**, haja vista que o objetivo dessa exigência é de comprovar a boa situação financeira da empresa, o que no presente caso restou demonstrado por outros documentos que acompanharam a proposta, como o balanço patrimonial, documento exigido pela lei de **licitação**

A vinculação ao instrumento convocatório que deve ser compatibilizada com os demais princípios norteadores das **licitações**. Ausência de exibição de documento requerido no edital, mas **não** previsto na Lei n.º 8.666/93, que, por si só, **não** é bastante a conduzir à desclassificação de proponente quando a regular aferição de seu potencial financeiro pôde ser verificada da entrega da documentação exigida na legislação para tal finalidade.

Portanto, é dever da administração pública primar pela supremacia do interesse público e pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e não se ater a formalismos exacerbados, e em nada contribuem para o desfecho da escolha da proposta mais vantajosa e que menos onera os cofres públicos.

**MAM****INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PRODUTOS E SERVIÇOS**

O rigorismo exacerbado não encontra respaldo no moderno direito público e afasta licitantes capacitados em contratar com a Administração Pública, como no presente caso.

A vista de todo exposto, requer-se o recebimento do presente recurso administrativo, que ao final deverá ser julgado procedente, postulando, desde logo pela reconsideração da decisão que declarou a Recorrente inabilitada, como consequência, promovendo a sua habilitação e continuidade no certame.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, 30 de outubro de 2023.

Manoel Joaquim de Oliveira Filho

Representante legal

